CEMEL MEMÓRIAS ELETIVAS 2

Escola "Miss Browne": a segunda sede do TRE-SP

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), nascido em 25 de maio de 1932, no Palácio da Justiça, coração político-administrativo do Tribunal de Justiça do Estado, transferiu-se em 29 de agosto de 1936 para um prédio notabilizado por ser um endereço educacional tradicionalíssimo na memória paulistana.

O imóvel, localizado na Rua Frederico Alvarenga (antiga Rua do Hospício, nº 1, atual 121), havia sido ocupado pelo antigo Externato "Miss Browne", recebendo as devidas obras necessárias para alojar a nova sede da Justiça Eleitoral paulista. Antes, dera-se uma tentativa frustrada de que essa transferência fosse direcionada a um casarão da Rua do Carmo, hoje utilizado pela Escola de Governo do Estado de São Paulo.

Neste passo, seria primordial resgatar da nuvem do esquecimento a figura da grande educadora cujo nome se destinara a identificar uma das mais célebres escolas que a cidade de São Paulo já teve.

Formada na Massachusetts University, Boston, EUA, Marcia Percy Browne lecionou e dirigiu escolas em Saint Louis. Veio ao Brasil a convite de Horace M. Lane para implantar novo modelo de ensino como professora do Mackenzie College e da Escola Americana. Sob a orientação de Caetano de Campos e Cesário Mota, com Carlota Kemper, Martha Watts e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Miss Browne foi pioneira ao efetivar escolas-modelo na rede estadual (1890 a 1896) e Oscar Thompson, ao dirigir a Escola Modelo da Luz, aprofundou sua obra.

O Externato "Miss Browne" deu continuidade aos trabalhos da Escola Normal do Carmo. A grande educadora recebeu como homenagens póstumas a denominação de escola pública em Perdizes, de prédio da Universidade Presbiteriana Mackenzie e de concurso para premiar estudantes mackenzistas.

No novo endereço do então Tribunal Regional de Justiça Eleitoral (TRJE) funcionou o segundo grau de jurisdição, permanecendo os cartórios eleitorais da Capital no Palácio da Justiça, na Rua Onze de Agosto, onde foram atendidas demandas do alistamento eleitoral para o pleito municipal de 15 de março de 1936 e para o pleito presidencial de 3 de janeiro de 1938, que seria frustrado pelo golpe do Estado Novo.

Aliás, a ditadura Vargas extinguiu a Justiça Eleitoral e a derradeira sessão de 16 de novembro de 1937 concluiu-se com discurso do Desembargador Mário Guimarães, que disse, após agradecimentos ao Presidente (Des. Arthur Whitaker) e ao sr. Procurador Regional (Dr. João Silveira Mello), "que era com viva emoção que deixava a Casa", apoiando as palavras do Sr. Presidente, relativas aos dedicados funcionários do Tribunal, tecendo a todos merecidos elogios.

Deixando de ser a sede do Judiciário Eleitoral paulista, o prédio da Rua Frederico Alvarenga, que havia acolhido o Ginásio do Estado (depois deslocado para o bairro do Brás e redenominado "Escola Estadual de São Paulo"), retornou à sua vocação educacional. Foi a Casa da Solidariedade II, com as atividades do Instituto Criança Cidadã, o Centro de Convivência Infantil da Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP) e unidade do Metrô. Sediou o Colégio Estadual "Presidente Roosevelt", a Escola de Engenharia Mauá e a Escola da Moda, iniciativa de qualificação profissional do Governo do Estado de São Paulo. Em breve, abrigará escola municipal de educação infantil.

Hoje, quando se passa pelo Parque Dom Pedro II, se avista um imóvel de alvenaria que sobressai em meio às árvores e ao lado do viaduto onde passam os trens do Metrô. Não se imagina quanta história passou por lá.

Luiz Alexandre Kikuchi Negrão

Marcia P. Browne

Tribunal Regional de Justiça Eleitoral